

Palestina: do colonialismo e limpeza étnica ao apartheid

BÁRBARA CARAMURU TELES 
Universidade Federal do Paraná | Curitiba, PR, Brasil
b.caramuru@gmail.com

DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe221585>

resumo Este artigo tem como objetivo lançar luz ao processo de limpeza étnica da Palestina, de forma a elucidar o contexto de ocupação e os atuais desdobramentos no que tange à relação entre a potência ocupante e a ocupada, a partir de uma análise cronológica e antropológica. Desta forma, seguindo à proposta de uma análise de longa duração à luz de uma perspectiva pós-colonial, neste artigo analiso o processo de ocupação da Palestina. Primeiramente retomarei os eventos que conformam esse processo, tendo em vista o contínuo da limpeza étnica desde primórdios do século XX com a expansão do sionismo moderno até a atualidade, em Gaza e na Cisjordânia. Na segunda parte, analiso a segregação e necropolítica, como parte deste projeto, intitulado pelos palestinos de uma Nakba continua. A análise aqui desenvolvida é fruto de um trabalho de campo ocorrido entre os anos de 2015 e 2023 com pessoas palestinas na Palestina e, essencialmente, na diáspora.

palavras-chave Palestina; colonialismo; *apartheid*; limpeza étnica.

Palestine: from colonialism and ethnic cleansing to apartheid

abstract This article aims to shed light on the process of ethnic cleansing of Palestine, in order to elucidate the context of occupation and current developments regarding the relationship between the occupying and occupied powers, based on a chronological and anthropological analysis. Thus, following the proposal of a long-term analysis in the light of a post-colonial perspective, in this article I analyze the process of occupation of Palestine. Firstly, I will return to the events that shape this process, taking into account the continuation of ethnic cleansing since the beginning of the 20th century with the expansion of modern Zionism to the present day, in Gaza and the West Bank. In the second part, I analyzed segregation and necropolitics, as part of this project, called by the Palestinians a continued Nakba. The analysis developed here is the result of fieldwork carried out between 2015 and 2023 with Palestinian people in Palestine and, essentially, in the diaspora

keywords Palestine, Colonialism, *apartheid*, ethnic cleansing

Introdução

Infelizmente a situação está péssima. A Faixa de Gaza está sem luz e sem água e foram destruídas muitas casas. Cada família que perde parte dela, outra parte vem para os parentes. Agora as casas, os edifícios não estão mantendo só os moradores deles não, por exemplo o meu edifício tem três famílias, três andares, todos não passam 20 pessoas, hoje dentro do meu edifício (unidade) tem mais de 60 pessoas. Porque cada um que perde a casa dele, a gente tem que mandá-los virem. Hoje a situação está muito difícil, a destruição está enorme. Infelizmente os bombardeios, antes eles avisavam as pessoas “Olha vocês têm dez minutos, cinco



e221585

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe221585>

minutos para vocês saírem de casa que a gente vai jogar uma bomba”. Hoje eles não avisam nada, de repente “bum” já foi embora o edifício, aí morre os 60 ou 35 e os outros não morre, mas fica embaixo das pedras e infelizmente a gente não tem nem material para tirar as pedras e aí ele fica dois, três dias, aí ele morre sozinho ou ele explode, aí dão água debaixo das pedras grandes ou saí, mas saí feridos, então cada edifício que foi derrubado é no mínimo 20 a 25 mortos e o resto saí direto pro hospital e os hospitais não têm material pra manter funcionando direito. Então é destruição total e não sei para onde a gente está indo. No momento eu estou em minha casa, e minha família e graças a Deus por enquanto, nenhum da gente foi ferido e não aconteceu nada por aqui. Tem alguns bombardeios perto, foi quebrado as janelas, mas graças a Deus ninguém da gente esta ferido, mas a gente não sabe daqui a um minuto o que vai acontecer... A água está quase acabando porque ela foi cortada por Israel, a luz foi cortada, estamos há dois dias sem luz, sem visão pra nada. A gente não tem visão pra nada que pode acontecer, não sei se a gente vai ser bombardeado dentro das nossas casas, eu não sei nem imagino o que pode acontecer daqui a pouco. (Relatos de Gaza, Samira, 13 de outubro de 2023 – notas de campo).

As políticas de necroviolência (Mbembe, 2018) na Palestina, são evidentes há um século. Todavia, foi apenas nas últimas décadas e, principalmente, após o televisionamento do genocídio palestino na Faixa de Gaza em 2023, que as ações de extermínio e limpeza étnica (Pappé, 2016) tiveram repercussão notória. Este artigo objetiva demonstrar, a partir do trabalho de campo realizado ao longo dos últimos oito anos com pessoas palestinas em diáspora e mais recentemente retornados à Palestina, como os eventos ocorridos em Gaza, relatados acima, fazem parte de um projeto colonial de mais amplitude. Para tal, necessitarei primeiramente de um resgate histórico do processo de ocupação colonial, para então, à luz do diálogo com Mbembe, demonstrar como o recente genocídio em Gaza não é um evento *sui generis*, mas parte deste processo. Metodologicamente, este trabalho traz uma revisão historiográfica da colonização, bem como dados levantados em campo e relatos de interlocutores de Gaza, realizados de forma remota e intermitentemente, devido à precarização da comunicação em Gaza desde 2023.

Primeiramente, seguiremos com a retomada do contexto histórico e a proposta de um recorte cronológico do sionismo até os assentamentos ilegais, perpassando eventos centrais, como as sucessivas tomadas de terra e expulsão da população autóctone ou os acordos que seguiram pelas últimas décadas, de forma a manter o entendimento de um processo de longa duração da colonização. Em um segundo momento, de caráter mais etnográfico, realizarei um breve resgate de categorias acionadas pelos interlocutores, das políticas de *apartheid* e necropolítica (Mbembe, 2018), implementadas pelo Estado de Israel e o entendimento deste contexto a partir do trabalho de campo, para por fim retomar os termos de *apartheid* e limpeza étnica. Portanto, à luz de uma premissa pós-colonial e decolonial, neste artigo analisaremos a ocupação colonialista do movimento sionista político na Palestina e como este desdobra-se até a atualidade.

A ocupação da terra Palestina surge como desdobramento do projeto sionista moderno de criação de um estado nacional que para sua efetivação realiza até a atualidade



um projeto de limpeza étnica e expulsão dos palestinos (Pappé, 2016; Masalha, 2020). Para entender as relações estabelecidas entre a atualidade e o passado, é necessário um resgate histórico do contexto de criação do sionismo, bem como, como propôs Walter Benjamin (1987), é necessário “escovar a História a contrapelo”. O território palestino sempre esteve habitado por diversos povos distintos, concomitantemente, dentre eles os povos árabes (Hourani, 1991: 29), e viu-se por longo período ocupado por distintos impérios, dentre eles o Otomano, mas na contemporaneidade o modelo de ocupação deste território mudou radicalmente.

A partir do movimento sionista iniciou-se um processo que visava a expropriação de terras e expulsão da população originária, instaurando um sistema de *apartheid* e pautado na política de extermínio, necropolítica (Mbembe, 2018). Como projeto político, o sionismo moderno ganhou força no Primeiro Congresso Sionista, na Basileia, ainda no século XIX, em 1897. Theodor Herzl, jornalista austríaco, principal teórico produziu na segunda metade do século XIX a obra: *Der Judenstaat* (O Estado Judeu). Herzl sugeriu a criação de um estado étnico-religioso, judeu, na Palestina. Para a execução desse projeto foram propostas ações repressivas. Em seu diário, Herzl afirma: “Tentaremos expulsar a população miserável para além da fronteira [...] negando-lhes qualquer emprego em nosso país [...] Tanto o processo de expropriação como a retirada dos pobres deve ser executada de maneira discreta e circumspecta” (Herzl apud Clemesha, 2009: 6).

Podemos perceber com clareza a expressão deste projeto, que almejou desde seu início não apenas a colonização clássica da terra, através da exploração de matéria e pessoas, mas essencialmente a expulsão dos nativos para a ocupação de um novo grupo. A secularização do judaísmo possibilitou a reunião da noção de “lar ancestral” com a premissa colonial (Pappé, 2016).

Masalha demonstra como o projeto de “expulsão dos palestinos”, o conceito de “transferência” estava intimamente “enraizado no pensamento político sionista” (Masalha, 2021). Nesta perspectiva, Pappé, retoma uma afirmação de Leo Motzkin, 1917:

A colonização da Palestina tem que ir em duas direções: assentamento judeus no Eretz Israel e reassentamento dos árabes do Eretz Israel fora do país. A transferência de tantos árabes pode parecer a princípio inaceitável do ponto de vista econômico, mas é praticável mesmo assim. Não se requer tanto dinheiro para reassentar um vilarejo palestino em outra terra (Pappé, 2016: 28).

Em meio a esse projeto, a ocupação da terra palestina pelos sionistas iniciou um processo que articulou colonialismo e limpeza étnica. “Desde o fundador do movimento sionista, Theodor Herzl, até as lideranças principais da empreitada sionista na Palestina, a limpeza étnica era uma opção válida” (Pappé, 2016: 27).

Considerando que os palestinos eram maioria da população, a efetivação do projeto sionista só foi possível em virtude da presença britânica na região e do seu apoio ao projeto. Antes mesmo do final da Primeira Guerra Mundial e fim do Império Otomano, em 1916, um acordo de partilha do território que inclui o que hoje conhecemos por

Palestina, Jordânia, Iraque e Síria foi realizado entre Reino Unido e França. Assinado pelos diplomatas Mark Sykes, do lado britânico e pelo Cônsul François Georges-Picot, do lado francês, tal acordo de partilha ficou conhecido pelo nome de ambos, “Acordo de Sykes-Picot”.

Através dele ficou estipulado que o governo britânico teria o controle sobre o território que corresponde atualmente à Palestina, Jordânia e Iraque e o governo francês sobre a atual Síria e Líbano. O acordo, privilegiava os interesses britânicos que em negociações com os sionistas, posteriormente, fundamentaram um seguinte documento fundamental aos desdobramentos posteriores, a Declaração de Balfour .

Na linha deste acordo, Artur James Balfour, ministro do Exterior no período citado, foi o responsável pela carta de intencionalidade de criação de um Estado Judeu, conhecida por Declaração de Balfour. Tal evento marcou o apoio britânico ao projeto sionista de criação do Estado Judeu na Palestina. O período de colonização britânica, no modelo mandatário, perdurou de 1918 até 1947.

Durante esse período, precisamente a partir de 1910, intensificou-se a imigração de judeus para a região. Se no início do século XX, pessoas de fé judaica na Palestina eram cerca de 6% da população, nos anos 1940, já somavam cerca de 30% da população total (Hourani, 2006:311). Portanto, a Declaração de Balfour veio a fomentar as tensões locais, demonstrando seu lado potencialmente favorável ao projeto sionista.

Uma parte comumente esquecida da declaração faz referência a população autóctone palestina: “Deve-se ressaltar, no entanto, que nada deve ser feito no sentido de prejudicar os direitos civis e religiosos dos povos não judeus que vivem na Palestina” (Balfour, 1917). Um trecho que não se reflete em nenhuma política adotada para com palestinos pela potência ocupante como veremos na sequência.

Os palestinos ao perceberem os rumos colonialistas potenciais dos assentamentos judaicos e da compra de terras, articularam-se contra a continuidade da imigração de judeus estrangeiros para a região. Na década de 1930, os palestinos realizaram uma greve de transporte, comércio e serviço pelo fim da imigração judaica para a região, transferência de terras e criação de um Governo árabe, esse foi um dos principais eventos de mobilização palestina do período, sucedido pela Revolta Árabe. Segundo Ghassan Kanafani:

Entre 1936 e 1939, o movimento revolucionário palestino sofreu severo revés nas mãos dos três inimigos que se construíram, juntos, na principal ameaça ao movimento nacionalista na Palestina, em todos os estágios subsequentes de sua luta: a liderança local reacionária; os regimes dos estados árabes vizinhos; e o inimigo imperialista-sionista (Kanafani, 2015:27).

Seguido ao levante de 1929, e, devido às inclinações britânicas e favoritismo aos sionistas, surgiu a insurreição dos palestinos contra o plano sionista. Denominada de Grande Revolta Árabe ela foi desencadeada por uma série de fatores, dentre eles a presença colonial, imigração em massa para ocupação do território e exploração da mão-de-obra de trabalhadores palestinos.

O assassinato do líder árabe Sheykh Izz Al-Din al-Qassam, em 1935, também foi um fator de aumento das tensões, considerando a importância desta liderança na luta nacionalista e na organização da revolta. A revolta foi massacrada pelos britânicos, sendo as lideranças presas ou assassinadas. Esse foi um dos grandes fatores de desmobilização da resistência palestina. Conforme aponta Ilan Pappé:

Após três anos com ataques brutais e impiedosos no interior da Palestina, o exército britânico dominou a revolta. A direção palestina foi exilada, e as unidades paramilitares que mantiveram a guerra de guerrilhas contra o Mandato foram desbaratadas. Nesse processo, muitos aldeões envolvidos foram presos, feridos ou mortos. A ausência da maioria dos dirigentes palestinos e de unidades militares palestinas viáveis facilitou muito a vida para as forças judaicas em 1947, nas incursões pelo interior da Palestina (Pappé, 2016: 34).

Muitos interlocutores palestinos no Brasil, tiveram pais, avós e parentes que lutaram nos movimentos de resistência, muitos foram prisioneiros do regime colonial, sendo essa memória bastante preservada entre famílias palestinas em diáspora. Assim, diversos foram os momentos em que acionaram em suas narrativas os eventos ocorridos na Revolta de 1936, bem como a desestruturação da luta palestina com a prisão e mortes de palestinos, em sua maioria homens, neste período. Conforme Massalha, o número de mortos e feridos foi de 19.792, mais 826 detentos no ano de 1973, 2.463 em 1938 e 5.679 em 1939 (Kanafani, 2015: 100). A ocupação sionista da Palestina também se estendeu e foi potencializada sob liderança de Ben Gurion. Houve aumento significativo de colônias ilegais, bem como criação de planos de extermínio dos palestinos, deslocamento forçado e ampliação dos assentamentos (Pappé, 2016; Masalha, 2015; Caramuru Teles, 2024).

Se na origem o sionismo abarcava em seu discurso a dominação da Cisjordânia e Transjordânia, com o desenrolar da resistência palestina frente a ocupação, propostas de tornar a Transjordânia um grande “bolsão” de palestinos deslocados forçadamente, bem como colônia sionista, passou a vigorar nos discursos de sionistas tanto no projeto de Wieszmann, de 1930, quanto nos anos posteriores, por líderes sionistas como Ben-Gurion (Masalha, 2001: 46-59).

Posteriormente aos eventos expostos, a Liga das Nações, organismo que precedeu a Organização das Nações Unidas - ONU, propôs a divisão da Palestina em dois Estados: Palestina e Israel. As negociações que tinham recuado mediante a Revolta Árabe, na década de 1930, foram aqui retomadas. A partilha da Palestina histórica foi realizada no ano de 1947. A divisão do território destinou desproporcionalmente 11.000 km² para um milhão de palestinos e 14.000 km² para 700.000 judeus.

No período que precede a divisão do território palestino pela ONU, várias ações paramilitares de ocupação da terra e expulsão dos palestinos foram realizadas pela organização sionista liderada por Ben-Gurion (diretor do movimento sionista desde anos 1920 até 1960). Após a virada em torno da proposta de ocupação da Palestina, que com Ben-Gurion, torna a reivindicar a totalidade da terra, são criados uma série de planos pelas

milícias sionistas para operar entre 1946 e 1948. Dentre as principais milícias sionistas está o Haganá¹. Os planos A, B, e C vão buscar mapear a região geograficamente, as vilas, a demografia e realizar preparações militares a fim de ocupar toda a Palestina. Entre os principais motes do Plano C estava: 1- Matar a direção política palestina, 2- Matar agitadores palestinos e seus financiadores, 3- Matar palestinos que agiam contra judeus, 4- Matar oficiais graduados palestinos e funcionários graduados palestinos, 5- Danificar transportes palestinos, 6- Danificar os recursos básicos dos meios de sustento palestinos [...], 7- Atacar vilarejos palestinos vizinhos inclinando a prover assistência a futuros ataques, 8- Atacar clubes, cafés e salas de reuniões etc. dos palestinos (Pappé, 2016: 48). As propostas e objetivos dos planos de A à D, elucidam como o projeto desde sua origem pautou-se em políticas de expulsão, deslocamento e extermínio da população palestina, por sua origem étnica e visando a ocupação colonial. Quando analisamos os objetivos principais destes planos, podemos compreender à luz de uma análise processual do colonialismo, os efeitos destrutivos em Gaza a partir de 2023, como amplamente midiático e relatado pelas interlocutoras.

O plano Dalet, foi o mais conhecido plano de expulsão dos palestinos para ocupação do território. O objetivo central foi "capturar, limpar e destruir" os vilarejos, conforme exposto pelo próprio Ben-Gurion. A operação visava a "limpeza" das rotas que ligavam aos assentamentos, morros de Jerusalém e estradas para Tel-Aviv, destruição dos vilarejos árabes, captura dos palestinos e despejo dos aldeões (Pappé, 2016:8). Abd al-Qadir al-Hassayni foi um dos principais responsáveis pela resistência palestina deste período, sendo lembrado por milhares de palestinos.

Em 9 de abril de 1948, Tropas do Irgun e da Gangue Stern (Lehi) - organizações terroristas proto-israelenses, ideologicamente sionistas - invadiram o vilarejo Deir Yassin, mesmo sob pacto de não agressão assinado anteriormente por grupos palestinos com o Haganá. O vilarejo localizava-se a oeste de Jerusalém, próximo a um bairro judeu.

Conforme irrompiam o vilarejo, os soldados judeus coalhavam as casas de tiros de metralhadora, matando muitos de seus habitantes. Os aldeões sobreviventes foram então reunidos em um único lugar e assassinados a sangue frio, com seus corpos violados, enquanto uma grande quantidade de mulheres era estuprada e depois morta (Pappé, 2016: 110).

Nesse evento, rememorado pelos palestinos em diáspora, entre 170 e 250 palestinos foram assassinados, entre eles 30 bebês. Fato que marcou profundamente a experiência dos palestinos, na Palestina e em diáspora na América. Neste ocorrido, além das vítimas fatais, relata-se que diversas mulheres foram estupradas e várias pessoas, entre elas crianças, foram mutiladas (Pappé, 2016: 110-111). Embora pesquisas recentes tenham diminuído o número de mortos oficiais do vilarejo, de 170 para 93 (idem), palestinos

¹ Haganá (Defesa), foi um grupo paramilitar terrorista, criado em 1920 por sionistas e com colaboração militar inglesa para treinamento e efetivação. Inicialmente o grupo chegou a operar junto a forças britânicas e posteriormente tornou-se o braço armado da Agência Judaica. Foi o responsável pelo atentado terrorista ocorrido no Hotel King David, sede do quartel-general inglês (Pappé, 2016:36-45).

seguem acreditando na subnotificação dos dados como uma estratégia de apagamento do massacre. “A direção judaica orgulhosamente anunciou um alto número de vítimas, para fazer de Deir Yassin o epicentro da catástrofe – um aviso para todos os palestinos de que destinos semelhantes os aguardavam se se recusassem a abandonar seus lares e fugir” (Pappé, 2016: 111).

Os sucessivos eventos decorrentes deste processo foram chamados por muitos palestinos de uma *Nakba*, ou seja, em árabe, catástrofe. Pessoas palestinas na diáspora e na Palestina tem acionado a terminologia “*Nakba* contínua”, considerando sucessivamente a expulsão de 850.000 palestinos (Masalha, 2021), bem como o termo mais recente acionado pelos/as interlocutores refere-se ao genocídio em curso em Gaza, entre 2023 e 2024 como uma “segunda *Nakba*”, ligando passado e presente no contínuo do colonialismo. O processo de limpeza étnica e seus desdobramentos, como na Guerra de 1967, geraram um enorme contingente de refugiados, que na atualidade somam cerca de 5,9 milhões de palestinos (UNRWA, 2023).

Segundo a Organização das Nações Unidas, “é classificado na categoria de refugiado palestino todo indivíduo que residia na Palestina de dominação britânica no período entre junho de 1946 até 15 de maio de 1948 (Nakbah) e seus descendentes” (ONU, 1948). Deve se considerar que dentro deste contingente de refugiados há pessoas palestinas que foram deslocados de seu território para a Cisjordânia, os “refugiados internos”, com destaque a população de Gaza, composta em sua maioria de refugiados (deslocados) que se reorganizaram dentro das “novas fronteiras” impostas pela ocupação. Publicada em 11 de dezembro de 1948, a resolução 194 refere-se a todos os refugiados palestinos. Ressalta o Direito de retorno dessas pessoas a suas terras, propondo, inclusive, sua autorização imediata.

Como mais uma etapa do projeto e dos deslocamentos forçados, entre os dias 05 e 10 de junho de 1967 ocorreu a Naksa, “Guerra de 1967”. Foi um confronto entre a Liga Árabe e Israel. Esse evento, novamente, reconfigurou as fronteiras palestinas (Said, 2011: 17). Em 1967 Israel efetivou a ocupação dos territórios de Gaza e da Cisjordânia. A guerra gerou um número aproximado de 350 mil refugiados palestinos.

A Guerra de 1967 ficou marcada em virtude da desproporcional ofensiva israelense e de seu curto período. Iniciada em 5 de junho com o ataque surpresa israelense às tropas egípcias no Sinai. As colinas de Golã foram tomadas da Síria, um ponto estratégico de ataque bélico. A península do Sinai (acesso para o Canal de Suez) e a Faixa de Gaza, foram tomadas do Egito e ocupadas por Israel. Gaza ficou sob a dominação israelense, assim como a Cisjordânia - incluindo Jerusalém Oriental.

Um dos mais significativos resultados desta guerra foi a ocupação efetiva de Jerusalém Oriental, dos territórios de Gaza e da Cisjordânia. No Brasil e na América Latina, os impactos destas duas primeiras fazes da ocupação forma bastante sentidos. Há uma onda migratória palestina para a América Latina nos anos 1960, a de muçulmanos, principalmente nos países do Atlântico, Brasil e Venezuela, embora já houvesse palestinos cristãos presentes nesses países. A constituição das comunidades palestinas no Brasil, de norte a sul, com exceção da comunidade do nordeste, são desdobramentos destes eventos (Caramuru Teles, 2023).

Segundo Cláudia Espinola (2005), a imigração árabe para o Brasil ocorreu em dois principais momentos. No primeiro, nas duas últimas décadas do século XIX e começo do século XX, esses imigrantes, principalmente sírio-libaneses e majoritariamente cristãos, saíram de seus países em virtude de conflitos políticos e econômicos, ainda no período Otomano. O segundo momento dessa imigração foi com a chegada dos muçulmanos, por volta da década de 1960, em virtude da ocupação sionista-israelense da Palestina e seus desdobramentos no Oriente Médio. Nessa imigração, houve uma chegada significativa de palestinos muçulmanos, conformando e endossando as comunidades palestinas em diáspora. A partir de 1967 iniciou-se uma ocupação da Faixa de Gaza que durou até o ano de 2005. Ao pós-guerra somou-se uma Crise do Petróleo em que países árabes produtores de petróleo subiram o preço do barril como forma de afetar o Ocidente e os Estados Unidos da América, EUA, na época e até os dias atuais, apoiadores do Estado israelense.

Devido ao contexto da ocupação, em dezembro de 1987 teve início a Primeira Intifada. *Intifada*, traduzida do árabe significa “Revolta” ou “Levante” e embora apenas duas situações sejam reconhecidas midiaticamente, deve se considerar que a resistência dos palestinos é contínua. Portanto, na perspectiva local de pessoas palestinas, não existiram apenas duas Intifadas (1987 e 2000), mas várias intifadas. O evento nominado Primeira Intifada iniciou no campo de refugiados Jabalia, mais uma vez alvo de bombardeios no período recente, em 2023. Ela ocorreu após a morte intencional de palestinos em Gaza pela potência ocupante, espalhando-se, na sequência, por toda a Palestina.

Iniciada em setembro de 2000, a segunda Intifada se deu, para além da ocupação e violência colonial cotidiana, devido a escalada das tensões locais e em repúdio a visita de Ariel Sharon à Esplanada das Mesquitas, onde encontra-se a mesquita Al-Aqsa, em Jerusalém. Ocorreu neste período o assassinato de Muhammed al-Dura, pelo exército de Israel durante a Intifada.

A Intifada ou as Intifadas são movimentos simbólicos na luta cotidiana do povo palestino, figuram imagens de “guerras de pedras contra comboios militares” e atuam no imaginário local e da diáspora conformando bases de uma resistência de juventude, predominantemente formada por crianças e adolescentes, em sua maioria meninos.

Em 1988 OLP declarou sua independência - do exílio em Túnis - e aceitou a Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU que pedia a retirada de Israel do território ocupado em 1967. Sequencialmente, no contexto das tensões locais, ocorreu um dos principais acordos para palestinos, assinado em 13 de setembro de 1993. O acordo negociado entre líderes palestinos e israelenses foi assinado na cidade de Oslo, Noruega. Os Signatários foram Ytzhak Rabin, então primeiro-ministro de Israel e Yasser Arafat, Líder da OLP. Vale salientar que outras organizações palestinas, como a Frente Popular e a Frente Democrática, posicionaram-se críticas e/ou contrárias ao Acordo.

O acordo teve por principais resultados: 1- reconhecimento do Estado de Israel nas conformidades do mapa de 1967, 2- reconhecimento da OLP como representante dos palestinos. A partir de Oslo ocorreu a criação da Autoridade Nacional Palestina – ANP e, também, a retirada das tropas ocupantes de Gaza e Cisjordânia. Muitos dos interlocutores desta pesquisa, em sua maioria mulheres, que nasceram no Brasil e retornaram à Palestina para estudar e/ou casar e tornaram-se parte da ampla comunidade de palestinos-brasileiros

em Ramallah e arredores, são pessoas que compreenderam a possibilidade de retorno à terra de origem de seus pais, após os Acordos de Oslo. Esse movimento deu corpo a uma grande comunidade, que segundo Alessandro Candéas, embaixador do Brasil na Palestina, também interlocutor desta pesquisa, somam mais de 5 mil habitantes.

Em 24 e 28 de setembro de 1995, um novo acordo ocorreu, pois o primeiro não estava efetivo. O acordo previa a retirada das tropas israelenses de Gaza e Cisjordânia, reconhecimento da Autoridade Nacional Palestina (ANP) e autonomia palestina dos territórios da Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental e partes da Cisjordânia, que posteriormente foram divididos em zonas A, B e C. A divisão previa, Área A: a carga da administração e segurança da ANP, Área B: administração da ANP e segurança israelense, Área C: administração e segurança israelense.

Os acordos de Oslo, assinados pelo líder da OLP, Yasser Arafat, em 1993/5, criam o que Edward Said (1995) e Norman Finkelstein (1995) definiram como um “consentimento oficial para a Palestina Ocupada, que corroborou a ocupação israelense”, tornando-se uma “caricatura dos bantustões”: “A liderança da OLP assinou um acordo com Israel em vigor, dizendo que os israelitas estavam absolutamente sem responsabilidade por todos os crimes que cometeram”² (Finkelstein, 2003:172-5 – tradução livre).

Após os acordos de Oslo, Israel seguiu ampliando assentamentos ilegais na Cisjordânia, bem como realizando uma política institucionalizada de *apartheid* na Palestina, como veremos na próxima sessão.

A Nakba contínua: o *apartheid*, controle de mobilidade e assentamentos

O termo *apartheid* tem sido acionado por pessoas palestinas em diáspora para nomear a situação colonial da Palestina na atualidade. Enquanto conceito jurídico, é definido como um regime institucionalizado de opressão e dominação sistemática de um grupo racial sobre outro. O regime configura-se pela prática de “atos inumanos” e, também, pela “intenção de manter a dominação”. Segundo a Convenção Internacional para Supressão e Punição de Crime de Apartheid, ocorrida em 1973, definiu-se *apartheid*, como:

Artigo I. 1 Os Estados Partes na presente Convenção declaram que o apartheid é um crime contra a humanidade e que os atos desumanos resultantes das políticas e práticas do apartheid e políticas e práticas semelhantes de segregação e discriminação racial, tal como definidas no artigo II da Convenção, são crimes que violam os princípios do direito internacional, em particular os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas, e constituem uma séria ameaça à paz e segurança internacionais (245 – tradução livre)³.

² Original: “The PLO leadership signed an agreement with Israel in effect saying that Israelis were absolutely without responsibility for the all crimes they committed” (Finkelstein, 2003:172-5).

³ Original: Article I. 1. The States Parties to the present Convention declare that apartheid is a crime against humanity and that inhuman acts resulting from the policies and practices of apartheid and similar policies and practices of racial segregation and discrimination, as defined in article II of the Convention, are crimes

O termo, inicialmente utilizado em referência à política racial na África do Sul, é de origem *africaans* e significa “segregação”, “separação”. Instaurado pelo então primeiro-ministro sul-africano François Malan, no ano de 1948, mesmo ano da Nakba, o *apartheid* sul-africano “constituiu a separação física e negação de direitos iguais entre os diferentes grupos humanos na África do Sul, com base em critérios raciais” (Chahin, 2018: 33). Frantz Fanon afirmou que “no mundo colonial [...] o indígena é um ser encurralado, o *apartheid* é apenas uma modalidade de compartimentação do mundo colonial” (Fanon, 1968:39).

Recente relatório do Human Rights Watch denunciou Israel por crime de *apartheid*, concluindo que o Estado de Israel exerce autoridade em toda a região e segrega e discrimina os palestinos⁴. A partir deste relatório, diversas mobilizações trouxeram visibilidade internacional ao tema. Para muitos palestinos, essa visibilidade foi fundamental para o processo de descolonização da terra Palestina. Por outro lado, para alguns, reconhecer o regime de *apartheid* seria reconhecer que Israel exerce autoridade na Palestina, até mesmo nos territórios Palestinos Ocupados, Gaza, Cisjordânia ou Jerusalém Oriental. Ou seja, que seria soberano em todo o território da Palestina histórica.

Durante o trabalho de campo na Palestina, o deslocamento foi um elemento essencial em nossa dinâmica cotidiana pois no geral, os interlocutores da pesquisa, com exceção do embaixador brasileiro, não tinham permissão para circular entre as áreas palestina A e israelense. Pensar os desdobramentos históricos de Oslo e da ocupação, os postos de controle que se apresentam como mecanismos de controle e panoptismo (Foucault, 2008) nos permitem compreender a dinâmica local. Enquanto, como brasileira eu tinha “livre” circulação, através da apresentação do visto e passaporte, obrigatória nos *check-points*, pessoas palestinas têm restrição e impedimento de circulação. Ou seja, do “outro lado” eu estava sempre sozinha, no lado palestino (Cisjordânia), pude como antropóloga vivenciar o sentimento de estar em casa, mesmo que a casa fosse uma construção dos meus anos de relação e do sentimento de acolhida.

Um elemento nítido do *apartheid*, é o muro que separa Cisjordânia da Palestina ocupada em 1948. Atualmente o muro possui mais de 760 km de extensão e 85% dele está construído na parte da Cisjordânia. Para além da ilegalidade do muro, há ainda os assentamentos ilegais na Palestina. Os dados locais apontam para um contingente de 430 mil colonos na Cisjordânia e 130 assentamentos oficiais, no total são mais de 250 assentamentos, constituindo uma “Violação flagrante dos direitos humanos”. Conforme estudos realizados pela Universidade de Birzeit, Palestina, “quase um terço (29%) das famílias da área C [Palestina] experimentaram a exposição da casa a militares israelenses (como demolição total ou parcial, expulsão ou ordem de expulsão e violência dos colonos

violating the principles of international law, in particular the purposes and principles of the Charter of the United Nations, and constituting a serious threat to international peace and security” Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201015/volume-1015-I-14861-English.pdf> Acessado em Maio 1, 2022.

⁴ Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2021/countrychapters/377381> Acessado em Maio 19, 2021

nos últimos cinco anos” (IWS, 2019: 15).

Vale salientar que as convenções internacionais, especialmente a convenção de Genebra, garantem tratamento digno e com humanidade e condena transferências forçadas em massa ou individuais. Todavia essa realidade segue vigente, principalmente na atualidade, desde outubro de 2023, com os deslocamentos e genocídio na Faixa de Gaza. Em fevereiro de 2021, o tribunal israelense ordenou despejo forçado de 50 famílias palestinas de suas casas em Sheik Jarrah, um bairro palestino localizado em Jerusalém oriental. O bairro comporta cerca de 500 famílias palestinas, muitas delas são refugiados internos de 1948, que ao perderem suas casas em outras partes da Palestina deslocaram-se para Jerusalém Oriental.

Como relatado, as práticas não se restringem a Gaza, mas também são exercidas na Cisjordânia. A prática de despejo e demolições é recorrente na Palestina ocupada, tal como agressões e demais violações do direito humanitário internacional (HRW, 2021). Os eventos recentes nos permitem entender como se deu e como se perpetua na atualidade o processo de ocupação colonial e limpeza étnica. Na sequência, analisarei especificamente o contexto colonial na Faixa de Gaza.

“O Hamas ganhou mais força quando a OLP assina os acordos de Oslo e renuncia sua luta armada contra ocupação colonial atendendo o pedido dos Estados Unidos. Assim, tirou a OLP do círculo da revolução para o círculo da elite econômica dependente do próprio colonizador e rendida ao estado do *apartheid* para manter alguns privilégios. Em 2005 a retirada dos assentamentos ilegais foi o resultado da resistência armada da Faixa de Gaza ao não sossegar em atacar essas colônias por todos os meios. Na segunda Intifada que Hamas e outras facções começam construir os túneis na Faixa de Gaza e usá-los para atacar as bases militares de Israel. Sobre as ofensivas em Gaza, ele continua: A ofensiva de Israel sobre Faixa de Gaza em 2012 ao assassinar duas pessoas da brigada militar do Hamas. A de 2014 durou 52 dias. O povo palestino, em especial a de faixa se Gaza, está temendo uma guerra após a essa guerra militar. Israel ao lançar seu ataque decidiu destruir qualquer espaço que possa dar uma vida a uma população, destruiu os hospitais e escolas, universidades, igrejas, mesquitas, praças públicas, 80% das residências e qualquer estrutura que é um benefício para uma comunidade. Então o que pode forçar uma limpeza étnica é isso, guerra de fome, sede, sobrevivência em um lugar destruído e com memória apagada fica insustentável, e Israel e seus aliados estão fechando o cerco” (Notas de campo, entrevista concedida em 20 de dezembro de 2023).

O Hamas é um partido político islâmico, fundado em 1987, no contexto da Primeira Intifada, estando inicialmente ligado à Irmandade Muçulmana do Egito. Após a eleição do Hamas, a Faixa Gaza sofreu um bloqueio por parte de Israel (e do Egito, que, embora seja contra o Hamas, é próximo da ANP). Após a entrada do Hamas no governo, a Faixa de Gaza sofreu sucessivos ataques ao longo dos últimos anos, com destaque para os eventos ocorridos em 2008, 2009, 2012, 2014, 2019, 2021, 2022 e, mais recentemente, em 2023. Há notória amplitude das ações bélicas contra Gaza após a entrada do governo do grupo Hamas.

O termo necropolítica tem sido acionado pelas/os interlocutores, de forma a elucidar as políticas de extermínio da colonização. A partir do diálogo com a noção de

“biopolítica” de Foucault, Achille Mbembe (2018) enfoca nas políticas de morte. Quais vidas seriam aquelas deixadas para morrer? Quais vidas importam? No “necropoder”, na ocupação colonial, a soberania é a capacidade de decidir quem importa e quem não importa, quem é “descartável e quem não é” (Mbembe, 2018: 41).

Como ilustra o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O “estado de sítio” em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são alvo do soberano. As vilas e cidades situadas são cercadas do mundo. A vida cotidiana é militarizada. (Mbembe, 2018: 48)

Nesta perspectiva analítica, retomamos as políticas de extermínio praticadas em Gaza e como elas são utilizadas pela potência ocupante, Israel, para execução do projeto colonial. Nesta esteira muitos interlocutores apontam a continuidade da catástrofe. “Todo palestino consciente de sua palestinidade tem um medo existencial, o medo de ser obrigado a deixar de ser palestino, viver como refugiado ou em diáspora” afirmou o presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal), Ualid Rabah. “A despalestinização pode ser pela expulsão dos palestinos como obrigando-os aos poucos a deixarem de ser palestinos” (Notas de campo, entrevista concedida por Ualid Rabah em 2020).

Sobre o traslado da população local, ou seja, a retirada sistemática de uma população de um território, bem como prisões arbitrárias, mortes intencionais e perseguição política e religiosa de um grupo em virtude de seu pertencimento étnico são evidências da limpeza étnica e necropolítica vigente.

Como desdobramento da situação cotidiana de necroviolência, em outubro de 2023, em decorrência das ações extremistas de movimentos israelenses, houve uma escalada de violência. Durante práticas religiosas do feriado judeu, movimentos extremistas e o exército israelense atacaram pessoas palestinas em Jerusalém e ocuparam por dias a Mesquita Al-Aqsa. Trata-se do feriado Sukkot, que tem duração de uma semana, entre os dias 29 de setembro e 06 de outubro, ligando-se as festas de Rosh Hashanah, ano novo judeu.

Gaza, no ano de 2023, conta com uma população aproximada de 2 milhões de pessoas, a taxa de desemprego estimada é de 82% e 56% da população vive na pobreza. Após mais atos de violência em Jerusalém e a invasão da mesquita, por dias, o grupo político Hamas declarou uma operação de retomada e resistência, denominada em português, “Tempestade de Al-Aqsa”. A partir desta operação o grupo político lançou mísseis na parte ocupada, bem como conseguiu romper o bloqueio terrestre, ocupando postos militares e rendendo militares israelenses. Enquanto as forças do Hamas avançaram conformando um movimento há décadas não visto e questionando a força militar israelense, o ministro israelense Benjamin Netanyahu fez declarações de “guerra” e destruição do “inimigo” (Caramuru Teles, 2023).

É necessário repensar essa ideia de “inimigo” e “terrorista” que aparece nas repercussões sobre o enfrentamento na Palestina. Os acontecimentos na Palestina em outubro de 2023 nos relembram as décadas de ocupação e os atos de resistência, fala-se inclusive em uma “Terceira intifada” em curso (Caramuru Teles, 2023). Há necessidade de pensar a situação como um processo de “limpeza étnica” dos palestinos, tendo em vista que os termos “guerra” e “conflito” pressupõem uma simetria de poder.

No contexto prévio aos ataques articulados pelo grupo Hamas, forças colonas fecharam o portão de Al-Mughrabi, uma das entradas, na ala sul da mesquita Al-Aqsa, dando entrada a um contingente de 500 a 600 colonos israelenses na mesquita, no dia 03 de outubro. No dia 05, por sua vez, milhares de israelenses invadiram a área da Al-Aqsa. No dia seguinte, 06 de outubro, o Estado de Israel fechou o território palestino.

Como relatam fontes locais, houve também presença de colonos na Mesquita de Abraão, na cidade de Hebron. As cidades palestinas foram “fechadas” sob cerco militar. Segundo as informações de palestinos locais, também houve várias agressões na região da Cisjordânia. Devido a escassez e inadequação dos dados, hoje pesquisadores utilizam de estimativas para contabilização das mortes. Os dados de 23 de novembro da ONU já apontam para o número de 14.000 mortos na faixa de Gaza, mais 200 na Cisjordânia (ONU, 2023).

No primeiro mês após o início desta etapa de incursões, a fronteira de evacuação de pessoas, aberta entre Faixa de Gaza e Egito, Rafah foi atacada por mísseis israelenses, bem como aberta e fechada consecutivamente pelo governo egípcio. Embora tenha havido evacuações e uma suposta trégua humanitária no mês de novembro, os dados locais apontam, em janeiro de 2024, que os números saltaram para mais de 35.000 mortos apenas em Gaza.

A escalada do genocídio tem dificultado aos pesquisadores articular análises no contexto atual. Cabe, portanto, buscar na história da ocupação um panorama que levou a tais desdobramentos. De outubro de 2023 à meados de 2024, os mortos palestinos se amontoam em pilhas de cadáveres, que nos posicionam como o Anjo de Benjamin, de olhos arregalados e incrédulos e uma força na contramão busca nos empurrar a apenas seguir. A narrativa segue a mesma, sob pano de “progresso” esconde-se a colonização e a barbárie. A dificuldade do próprio levantamento de dados precisos no contexto recente deve ser encarada como objeto de análise. Enquanto as narrativas locais das interlocutoras/es apontam para um número de mortes, na contramão, as mídias hegemônicas têm produzido narrativas que sugerem vidas passíveis de luto e vidas descartáveis (Butler, 2019).

Notas de conclusão

Este artigo teve por objetivo dar um breve panorama do contexto de ocupação colonial da Palestina. Os eventos recentes, do ano de 2023 e início de 2024, decorrentes deste processo de ocupação e limpeza étnica foram chamados por muitos palestinos de uma “segunda *Nakba*”. Pessoas palestinas na diáspora e na Palestina tem acionado há algum tempo outra terminologia, a “*Nakba* contínua”, considerando que sucessivamente a expulsão de 850.000 palestinos que marcou 1948 (Masalha, 2020), o processo de limpeza

étnica e seus consecutivos desdobramentos, como na Guerra de 1967, geraram um enorme contingente de refugiados, cerca de 5,9 milhões de palestinos (UNRWA, 2023).

No segundo momento, acionei o uso do termo *apartheid* amplamente veiculado pelos interlocutores palestinos em diáspora e suas organizações, sendo amplamente percebido no contexto do trabalho de campo. Por vezes, o termo toma outras conotações, sendo um pouco alargado, aproximando-se mais de noções academicamente definidas como colonialismo e racismo. Quando *apartheid* aparece em relação ao racismo, é utilizado para referir-se a manifestações racistas em geral por parte do Estado israelense. Quando se aproxima do conceito de colonização, o é para enfatizar a dominação israelense sobre a Palestina, mas uma forma muito precisa de uso do termo denota a separação física entre palestinos e israelenses, promovida pelas políticas e controle israelense e os mecanismos de controle (*checkpoints*, vigilância, força militar, repressão, muro de segregação) criado pelo agente colonizador.

Por fim, retomo as noções fundamentais de colonização e limpeza étnica, para compreender a situação atual do território palestino e a perpetuação do processo de expulsão dos palestinos, como um processo de longa duração. Vale enfatizar que os desdobramentos das políticas de *apartheid* e discriminação racial não estão restritas a Palestina *in locu*, mas são percebidas em toda a América Latina, tendo em vista a conformação de parte significativa desta diáspora em virtude dos desdobramentos do processo de colonização.

Por fim, ao longo dos anos de trabalho de campo, por diversas vezes foram feitas aproximações entre aqueles que figuraram como ícones da resistência, Mandela e Arafat. Há, por uma parcela de interlocutores, principalmente aqueles ligados à OLP e à ANP, associações entre Arafat e Mandela, como o líder que buscou libertar a Palestina do regime de colonialismo e segregação. Atualmente, mais uma vez essa aliança se mostrou através da denúncia do genocídio na Palestina e do protagonismo da África do Sul em apoio aos palestinos e expondo a necropolítica e *apartheid* israelense na Corte do Tribunal de Haia.

Deve-se considerar, por fim, a dificuldade da tessitura de etnografias em tempos de guerra, bem como as formas ou ausências de interlocução no contexto de silenciamento e imobilidade das pessoas palestinas em Gaza. Pensar os fazeres etnográficos nestes contextos é essencial para criar epistemologias e perspectivas a contrapelo.

Referências

- ACNUR-UNHCR/ONU - The UN Refugee Agency. 2020. Asylum and Migration. <https://www.unhcr.org/asylum-and-migration.html> Acessado em Maio 10, 2020
- BBC NEWS. 2023. Os gráficos que mostram recordes de mortes e devastação do 1º mês da guerra Israel-Hamas. [bbc.com/portuguese/articles/cqeplqy3e3eo](https://www.bbc.com/portuguese/articles/cqeplqy3e3eo) Acessado em Novembro 8, 2023.
- BUTLER, Judith. 2019. *Vida precária*. Os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- BUTLER, Judith. 2016. *Quadros de Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CARAMURU TELES, Bárbara. 2023. *La resistencia palestina es mujer y está furiosa*: palestinidades em diáspora a partir dos marcadores sociais de diferença: um olhar

- interseccional. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis.
- CHAHIN Nadia. S. 2018. *Ocupacion y violaciones al derecho internacional em Palestina: la respuesta del BDS*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Derechos Humanos “Bartolomé de las Casas. Universidad Carlos III de Madri.
- CLEMESHA, Arlene. 2009. Da ideia de transferência à realização da limpeza étnica: contribuições da nova historiografia israelense e palestina. *PUCviva Revista*, 34.
- ESPINOLA, Claudia. V. 2005. *O véu que (des)cobre Etnografia da comunidade árabe Muçulmana em Florianópolis*. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- FANON, Frantz. 1968. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- FINKELSTEIN, Norman. 2003. *Image and reality of the Israeli-Palestine conflict*. New York: Verso.
- FOUCAULT, Michel. 2008. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes
- HOURANI, Albert. 2006. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das letras.
- HRW. 2023. Israel: White Phosphorus Used in Gaza, Lebanon. Human Rights Watch. [hrw.org/pt/news/2023/10/16/israel-white-phosphorus-used-gaza-lebanon](https://www.hrw.org/pt/news/2023/10/16/israel-white-phosphorus-used-gaza-lebanon) Acessado em Janeiro 10, 2023.
- IWS. 2019. Institute of Women’s Studies & the Development Studies Center at Birzeit University on behalf of Oxfam. Addressing the needs of Palestinian households in area C of the West Bank. Birzeit: Birzeit University. <http://iws.birzeit.edu/node/224>. Acessado em Maio 30, 2022.
- KANAFANI, Ghassan. 2015. *A Revolta de 1936-1939 na Palestina*. São Paulo: Editora Sunderman.
- KHALIDI, Rashid. 2020. *The hundred year’s war on Palestine*. London: Profile Books.
- KHALIDI, Rashid. 2009. *Palestine Identity: the construction of Modern National Consciousness*. Columbia University Press.
- MASALHA, Nur. 2018. *Palestine: A four thousand year history*. London: Zed Books.
- MASALHA, Nur. 2021. *Expulsão dos Palestinos*. São Paulo: Editora Sunderman.
- MBEMBE, Achille. 2018. *Necropolítica*. Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política de morte. São Paulo: n-1 edições.
- ONU. 1948. Resolução 194. United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in Near East. <https://www.unrwa.org/content/resolution-194> Acessado em Junho 3, 2022
- ONU. 1967. Resolução 242. Organização das Nações Unidas <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/241/30/PDF/NR024130.pdf?OpenElement> Acessado em Junho 3, 2022
- PAPPÉ, Illan. 2016. *A limpeza étnica da Palestina*. Tradução: Luiz Gustavo Soares. São Paulo, Editora Sundermann.
- SAID, Edward. 2008. *Orientalismo: O Ocidente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

SAID, Edward. 2011. *A Questão da Palestina*. São Paulo: Editora Unesp.

UNRWA, United Nation Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.

Disponível em: <https://www.unrwa.org/who-we-are> Acessado em Novembro 8, 2023

UNRWA, United Nation Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East.

<https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-36-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem> Acessado em Novembro 23, 2023

sobre a autora

Bárbara Caramuru Teles

Bárbara Caramuru Teles atualmente é professora (substituta) na Universidade Federal do Paraná, UFPR, onde realizou estágio de pós-doutorado. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Atualmente trabalha com gênero, estudos raciais, interseccionalidades e decolonialidades na Antropologia.

Autoria: A autora é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Recebido em: 24/01/2024

Aprovado para publicação em: 16/05/2024